

# Os 50 anos de *Vigiar e punir*: um livro eficaz como uma bomba e bonito como fogos de artifício

## 50 Years of Discipline and Punish: A Book as Effective as a Bomb and Beautiful as Fireworks

Acácio Augusto

Doutor em Ciências Sociais

Universidade Federal de São Paulo/Departamento de Relações Internacionais

Email: acacio.augusto@unifesp.br

<https://orcid.org/0000-0003-4828-157X> 

Priscila Piazzentini Vieira

Doutora em História Cultural

Universidade Federal do Paraná/Departamento de História

Email: priscilav@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5884-8886> 

Informações completas sobre autoria estão no final do ensaio 

**Resumo:** Neste texto, não procuramos diagnosticar os efeitos e as repercussões do conjunto da obra de Michel Foucault no Brasil e no mundo, tampouco nos propomos a julgar todos os usos que se fazem de seus escritos. Como indica o título, trata-se de um breve ensaio sobre os cinquenta anos do livro-acontecimento *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Inspirando-nos na analítica genealógica de combate ao poder e da explicitação das relações de força de Foucault, destacamos como algumas das críticas e das teses mais comentadas do livro pela filosofia, pela história e pelas ciências sociais domesticam e capturam a eficácia da obra. Defendemos que a força de *Vigiar e punir* está nos diagnósticos e nas hipóteses que nem sempre foram tão celebrados ao longo desses cinquenta anos, em especial aqueles que dizem respeito à indissociação entre a militância política de Foucault e a escrita de *Vigiar e punir*; à crítica ao humanismo, que privilegiava o elogio do progresso ocidental e entendia a prisão como aquela que produziu a humanização dos castigos, ignorando as relações entre a criação do homem pelas ciências humanas e as táticas disciplinares e de vigilância; às hipóteses de que a prisão produz a delinquência e o delinquente com o objetivo de organizar e controlar as ilegalidades populares, sendo este um dos principais motivos de sucesso e permanência entre nós, o que não impediu Foucault de diagnosticar processos, em seu presente, que foram capazes de restringir o uso da prisão nas sociedades ocidentais e de transformar o seu funcionamento interno; e à presença relâmpago da vida singular de uma criança e do seu discurso entendido como uma ilegalidade que permanecia rebelde às coerções disciplinares. Concluímos que as insurreições de saberes sujeitados são os efeitos explosivos e belos que continuam sendo animados por *Vigiar e punir*.

**Palavras-chave:** Michel Foucault; *Vigiar e punir*; cinquenta anos; capturas algorítmicas; insurreição dos saberes sujeitados.

**Abstract:** In this study, we do not seek to diagnose the effects or repercussions of Michel Foucault's work in Brazil and the world. Nor do we propose to judge all uses of his writings. As the title states, this is a brief essay marking fifty years since the book-event "Discipline and Punish: The Birth of the Prison." Inspired by Foucault's genealogical analysis of the struggle against power and the study of power relations, we highlight how major critiques and theses in philosophy, history, and the social sciences domesticate and capture the book's effectiveness. We argue that the strength of Discipline and Punish lies in its diagnoses and hypotheses. These have not always been so celebrated over the past fifty years, especially those concerning the inseparability of Foucault's political activism and the writing of Discipli-

ne and Punish. Its critique of humanism privileged the praise of Western progress and understood prison as that which produced the humanization of punishment. This critique ignored the relationship between the creation of man by the human sciences and disciplinary and surveillance tactics. The work also presents hypotheses that prison produces delinquency and the delinquent, with the aim of organizing and controlling popular illegalities. This is one of the main reasons for its success and permanence among us. Despite this, Foucault still diagnosed processes, in his own time, that were capable of restricting the use of prison in Western societies and transforming their internal functioning. The text also touches on the fleeting presence of a child's singular life and its discourse, understood as an illegality that remained rebellious to disciplinary coercion. We conclude that the insurrections of subjugated knowledge are the explosive and beautiful effects that continue to be animated by Discipline and Punish.

**Keywords:** Michel Foucault; Discipline and Punish; fifty years; algorithmic captures; insurrection of subjugated knowledges.

Devolvam sua estranheza legítima  
René Char

Hoje, o nome de Michel Foucault goza de grande prestígio nas universidades em todo o planeta, com particular impacto nas Américas, do sul ao norte. Lemos em algum lugar, não nos lembramos onde, que ele é o autor mais citado no mundo, segundo o índice do Google Scholar. Há mais de 360 mil citações nos últimos 4 anos, quase um milhão e meio no total. *Discipline and punish*, assim, em inglês mesmo, está no topo com quase 120 mil citações. Isso diz pouco (ou nada) sobre a importância e o impacto da obra e da ação do filósofo francês desde o pós-II Guerra europeia no mundo. Encerra em si também uma espécie de ironia involuntária: os livros, ditos e escritos que desctrinham de forma tão contundente e mordaz as tecnologias de poder modernas e contemporâneas estão todos enquadrados no índice criado por uma *big-tech* que governa a produção contemporânea do saber dentro e fora da universidade. Esta última, ao menos no Brasil (sabemos que não só), é governada pela lógica algorítmica, pelos efeitos de opinião e pelas formas de produtividade vazias e inacabadas que alimentam os variados índices de impacto que, supostamente, medem a qualidade científica de artigos e pesquisas acadêmicas.

O próprio Foucault, de certa forma, incomodava-se com táticas discursivas que envolviam as publicações acadêmicas na França, as quais podemos relacionar com a nossa própria atualidade. Na biografia escrita por Didier Eribon, de onde foi retirada a epígrafe deste texto, quando se lê sobre a crise pela qual passava o projeto de escrever uma série de livros sobre uma história da sexualidade e os embates com o mercado editorial francês para publicação desses volumes no começo dos anos 1980, há um comentário de Foucault que aponta para um estéril caminho que a universidade estava tomando. Antes do domínio das grandes corporações da rede mundial de computadores e seus índices governarem a produção intelectual, ele defende que “os diálogos, as dis-

cussões, eventualmente o debate acalorado entre ideias diferentes não têm mais onde se exprimir. Pensem nas revistas. São ou revistas de ‘panelinha’ ou **suportes de um ecletismo aguado**. A própria função do trabalho crítico foi esquecida”. Assim, a crítica passa a assumir **funções político-judiciárias**: denunciar o inimigo político, julgar e condenar, ou julgar e louvar. São as funções mais pobres, as menos interessantes que podem existir” (Foucault *apud* Eribon, 1990, p. 273, **grifos nossos**). Ainda que não sejam apontamentos relativos ao governo algorítmico da produção universitária, esse comentário de Foucault nos alertava para uma esterilidade que a produção acadêmica apresentava, mesmo que estivéssemos muito longe da aceleração produtiva que encaramos hoje.

Mas este não é um texto sobre os efeitos e repercussões do conjunto da obra de Michel Foucault no Brasil e no mundo<sup>1</sup>, tampouco se propõe a julgar todos os usos que se fazem de seus escritos. Como indica o título, trata-se de um breve ensaio sobre os cinquenta anos do livro-acontecimento *Vigiar e punir: nascimento da Prisão* (Foucault, 2002a). Não é necessário recorrer ao Google para saber que se trata do livro mais conhecido do filósofo francês que, a despeito do que ele mesmo escreveu sobre a função autor (Foucault, 1992), liga-se imediatamente ao seu nome, fazendo com que fãs e detratores busquem nele efeitos de sua biografia. Se qualquer pessoa, inteirada ou não dos debates filosóficos, evoca o nome de Michel Foucault, é em *Vigiar e Punir* que se pensa e é dele que se fala. Isso vai de comentários equivocados feitos por apresentadores de TV a memes de internet quase sempre distorcendo seu conteúdo ou tratando-o de forma irônica. Hoje, não se fala de prisão e punição sem evocar esse livro, mesmo que lateralmente. O que nem sempre é feito com o devido rigor ou com a força de toda mobilização que precedeu sua publicação.<sup>2</sup>

Se o objetivo de Foucault com *Vigiar e Punir* era escrever um livro-bomba, que produzisse um efeito imediato e logo se desfizesse, tal qual o artefato bélico, após cinquenta anos de seu lançamento não é incomum se deparar com usos bastante normativos de seu conteúdo, desde tomar sua demolidora descrição das tecnologias disciplinares como algo fatalmente normativo (quase durkheimiano), até críticas pueris que se queixam de o livro não ter abordado este ou aquele fato histórico, mesmo que explicitamente não fosse essa a proposta e o objetivo da pesquisa que o livro apresenta. Nes-

<sup>1</sup> Sobre usos dos ditos e escritos de Foucault no campo da Ciência Política, ver as inventivas análises de Edson Passetti (2003). Sobre a presença de Foucault no Brasil e a repercussão da obra, ver: (Rodrigues, 2016). Sobre os usos dos ditos e escritos de Foucault no campo da historiografia no Brasil, ver os trabalhos de Margareth Rago (1985 e 2020).

<sup>2</sup> Neste ponto, é inevitável lembrar da cena do filme de José Padilha, *Tropa de Elite* (2007), na qual, em meio a uma aula de um curso de Direito, o professor discorre sobre *Vigiar e punir* e o personagem do jovem policial militar Mathias (que a sala não sabe que é um policial) se irrita com os comentários derivados do livro. Sua irritação se assenta no suposto conhecimento de uma realidade distante dos jovens de classe média da sala, moradores da zona sul do Rio de Janeiro e consumidores de macarrao. O curioso é que Foucault aparece como crítico do poder repressivo, o que não corresponde ao conteúdo do livro.

sa direção, apesar da proximidade de Foucault com Paul Veyne, Michelle Perrot e Arlette Farge, é importante mencionar a recepção que os próprios historiadores franceses fizeram à obra no momento do lançamento do livro. Insatisfeitos com o ausência da Revolução Francesa e com a incapacidade de Foucault dividir de forma equilibrada suas reflexões sobre o Antigo Regime e a sociedade moderna, até mesmo eles reconhecem o impacto do livro, principalmente para pensarmos a disseminação das técnicas disciplinares na modernidade e as contribuições de Foucault para pensarmos uma história política do corpo, do poder e da medicina (Léonard, 1980; Burke, 1992). Nunca é demais lembrar que é justamente em *Vigiar e punir* que aparece sistematizada a proposta de uma microfísica do poder ou de uma micropolítica, na qual o poder não é uma propriedade, mas uma estratégia, e está imerso em uma rede de relações sempre tensas. Ainda, a concepção de poder na modernidade não é compreendida por Foucault pelo modelo do contrato social (para o qual poder é caracterizado como um direito que se possui e que se poderia transferir, alienar por um ato jurídico), mas pelo da batalha perpétua.

Propositais ou não, essas confusões (ou erros) parecem ignorar não apenas o contexto específico no qual o livro se produziu, mas também (o que é surpreendente), o que está escrito no próprio livro. A começar pelo fato de que ele não é exatamente um estudo de caso sobre as prisões francesas no século XIX, mas, como está registrado na última nota do último parágrafo, trata-se de um “livro que deve ser usado como pano de fundo histórico para diversos estudos sobre o poder de normalização e sobre a formação do saber na sociedade moderna” (Foucault, 2002a, p. 262). Nesse sentido, pouca importa a repetição automática ou burocrática de noções trabalhadas no livro como se fossem conceitos estanques e desligados da história. Lidar e/ou mobilizar noções como “poder disciplinar”, “panoptismo”, produção de “corpos úteis e dóceis”, sem tomar posição no campo de batalha aberto por *Vigiar e punir*, é agir como um policial-especialista do esquadrão antibombas que corre para desarmar o artefato explosivo antes de sua detonação. Não é coincidência que essa forma policial e estéril de abordar o livro, em geral, ignora os comentários e reproduções da analítica da cidade carcerária encontradas por Foucault no jornal fourierista *La Phalange* e a decisiva retomada dessas análises pelos anarquistas na segunda metade do século XIX, “quando [os anarquistas] tentaram, não tanto heroicizar a revolta dos delinquentes quanto desligar a delinquência em relação à legalidade e à ilegalidade burguesa que a haviam colonizado; quando quiseram restabelecer ou **constituir a unidade política das ilegalidades populares**” (Foucault, 2002a, p. 242, **grifos nossos**).

São, ainda, os partidários de Fourier e o periódico *La Phalange* que chamam a atenção de Foucault, dentre os discursos presentes no movimento operário francês no século XIX, por entenderem o funcionamento da sociedade moderna a partir do modelo

da guerra, da batalha e das relações de força. É justamente com essa análise, enviada por um correspondente anônimo ao jornal, em 1836, que Foucault finaliza o livro (Foucault, 2002a, pp. 253-254). Um pouco antes, em *Vigiar e punir*, ele destacou o discurso e a linguagem de Béasse, uma criança de 13 anos, em um julgamento. Tal como na "vida dos homens infames" (Foucault, 2006a), a vida de Béasse apareceu nos jornais não somente pelo encontro com o poder judiciário, mas, em especial, pela análise que os partidários de Fourier fizeram do caso, já que eles enxergaram "num caso tão cotidiano como esse um jogo de forças fundamentais" (Foucault, 2002a, p. 241). Foucault apresenta Béasse da seguinte maneira, comparando-a com duas personagens de grande notoriedade nos jornais, na literatura policial e nas instituições de polícia da França do século XIX, Vidocq e Lacenaire:

Coloquemos aí, depois de Vidocq e Lacenaire, um terceiro personagem. Esse fez só uma breve aparição; sua notoriedade não durou mais do que um dia. Era apenas a figura passageira das ilegalidades menores: uma criança de treze anos, sem domicílio nem família, acusada de vadiagem e que uma condenação a dois anos de correção sem dúvida colocou por muito tempo nos circuitos da delinquência. Teria com certeza passado sem vestígios, se não tivesse oposto ao discurso da lei que a tornava delinquente (mais em nome das disciplinas que em termos do código) o discurso de uma ilegalidade que permanecia rebelde a essas coerções (Foucault, 2022, p. 240).

Esta relação entre ilegalidade e delinquência, ainda, remete-nos a três outras teses fundamentais trazidas pelo livro. A primeira é a tese de que a prisão fabrica delinquentes, não somente pelas razões que acompanharam as críticas à prisão desde o seu nascimento, dentre as quais, uma delas, defende que é porque a prisão faz os condenados, depois de cumprirem as suas penas e serem libertos, retornarem com frequência aos tribunais e ao sistema prisional, muito por conta da dificuldade de realocação no mercado de trabalho, tendo sua vida sido eternamente marcada pela criminalidade. Para Foucault, o delinquente é uma fabricação da ciência e do aparelho penitenciários, que introduzem, no campo da lei e do infrator, a tipologia natural e desviante do delinquente (Vieira, 2006). Com isso, chegamos à segunda tese: devemos substituir a certeza de que a prisão fracassa na redução dos crimes pela hipótese de que a prisão conseguiu produzir a delinquência como uma forma menos perigosa de ilegalidade, principalmente pensando na força das ilegalidades populares. Foucault contesta, com isso, o pretenso fracasso da prisão, explicitando o seu sucesso pela produção da delinquência como um meio controlado e do delinquente como um sujeito patologizado:

O sucesso da prisão: nas lutas em torno da lei e das ilegalidades, especificar uma "delinquência". Vimos como o sistema

carcerário substituiu o infrator pelo "delinquente". E afixou também sobre a prática jurídica todo um horizonte de conhecimento possível. Ora, esse processo de constituição da delinquência-objeto se une à operação política que dissocia as ilegalidades e delas isola a delinquência. A prisão é o elo entre esses dois mecanismos; permite-lhes se reforçarem perpetuamente um ao outro, objetivar a delinquência por trás da infração, consolidar a delinquência no movimento das ilegalidades. O sucesso é tal que, depois de um século e meio de "fracasso", a prisão continua a existir, produzindo os mesmos efeitos e que se têm os maiores escrúpulos em derrubá-la (Foucault, 2002a, pp. 230-231).

A terceira tese parte do princípio de que além da produção do delinquente e da delinquência, há outra questão que torna a prisão tão sólida na atualidade de Foucault, mesmo que ela tenha sido uma invenção bastante desacreditada desde o seu nascimento na modernidade ocidental: o encarceramento não pode ser separado dos dispositivos e das estratégias de poder que o produzem, ou seja, parece que, quando se pretende modificar o regime carcerário, a resistência não vinha tanto da instituição judiciária, pois o que resistia eram os seus efeitos extrajudiciários, ligados a uma rede disciplinar e de vigilâncias. Contudo, ele defende: "O que não quer dizer que não possa ser modificada ou dispensável definitivamente para um tipo de sociedade como a nossa" (Foucault, 2002a, p. 252). Daí o seu diagnóstico do presente, que explicitava o funcionamento de processos que eram capazes de restringir o uso da prisão nas sociedades ocidentais e de transformar o seu funcionamento interno. Um deles dizia respeito a como estava ocorrendo a diminuição da utilidade e até mesmo a ineficiência de uma delinquência organizada como uma ilegalidade específica, fechada e controlada, principalmente em relação àquelas delinquências ligadas aos aparelhos políticos e econômicos. Ele cita as ilegalidades financeiras, os serviços de informação, o tráfico de armas e de drogas, as especulações imobiliárias, bem como as redes arcaicas de prostituição e sua incapacidade de lidar com as novas configurações do prazer sexual.

Há, além disso, outras contribuições fundamentais trazidas pelo livro que muitas das análises parecem ignorar. Uma delas é a crítica do progresso, principalmente quando iniciamos a leitura de *Vigiar e punir* e nos deparamos com o relato do suplício de Damiens, em 1757, na França. Isso porque o suplício é relatado em seu próprio período, livre das condenações humanistas realizadas posteriormente. Qual é o objetivo de Foucault ao transcrever a "experiência" dos suplícios dentro de sua própria historicidade? Para os leitores se horrorizarem com essa "naturalidade" da violência, depois se acalmarem com o outro tipo de condenação – o regulamento disciplinar que coloniza o funcionamento das prisões – pensando: "realmente tudo mudou, felizmente houve uma evolução e a condenação adquiriu 'ares humanos' e se tornou digna de uma civilização ocidental e moderna?" Claramente não. Diante disso, não há como ignorar o choque que Foucault quer suscitar em seus leitores, que diz menos respeito ao horror a uma

suposta violência irracional e mais ao propósito de desestabilizar a interpretação aceita sobre o surgimento das prisões. Foucault, assim, à primeira vista e para os leitores mais desavisados, "reproduz" a tese da humanização das penas para entender essa mudança. Mas é preciso prestar atenção nos verbos empregados por ele, tal como a tradução para o português apresenta: "Dir-se-á". Ou seja, quando todos os elementos desta interpretação parecem fazer sentido e quase mais nenhuma dúvida parece ser sensata, Foucault transforma a sua narrativa e produz o choque: será mesmo? Não seria essa história do progresso humano bem enfileirada, organizada e inteligível aos olhos de todos que deveria nos provocar um estranhamento?

Assim, uma das principais contribuições de *Vigiar e punir* comporta o combate de Foucault à tese aceita de que as penas e os castigos teriam sido humanizados pela prisão, com o objetivo de desnaturalizar a necessidade da prisão e os mecanismos de dominação em seu presente. Além disso, Foucault também critica a tese de que as prisões promovem penas menos físicas do que os suplícios e os esquartejamentos em praça pública, dado que o encarceramento ainda se ocupa inteiramente do corpo. Todos esses deslocamentos foram possíveis de acontecer devido ao método histórico genealógico proposto por Foucault (2005a) – e inspirado em Nietzsche – que defende que se deve mostrar o corpo inteiramente marcado pela história e a história arruinando o corpo.

Os erros de leitura ou equívocos de interpretação, perpetrados pelos policiais-especialistas do esquadrão antibombas, talvez não sejam fortuitos e devessem ser lidos apenas como equívocos ou esquecimentos de leitura. Eles podem ser interpretados, também, como uma reação do partido da ordem nas Ciências Humanas ao ataque genealógico que sofreram do livro, ao efeito da bomba que, apesar das tentativas, eles não conseguiram desarmar, estourando sem matar o policial-especialista. Há, em *Vigiar e punir*, toda uma nova forma de analisar a história política, uma forma que não deriva do Direito e/ou da Filosofia e da Ciência Política, tampouco de uma Ciência da História propagada pelo marxismo (Vieira, 2008). Trata-se de um ataque mais brutal do que um outro, que havia sido perpetrado em *As palavras e as coisas* (Foucault, 1999), livro que atraiu reações acaloradas após seu lançamento em 1966. Essa reação, ou tentativa de neutralização, realizada pelo partido da ordem das Ciências Humanas, é curiosa, apesar de evidente, porque não era esse o alvo do *Vigiar e punir*, mas sim a prisão e o sistema penal como manifestação terminal de uma tecnologia de poder moderna (que ele nomeia como disciplinar) na qual as Ciências Humanas desempenham um papel decisivo. Como expõe Foucault em *Vigiar e punir*:

(...) não quer dizer que da prisão saíram as ciências humanas. Mas se elas puderam se formar e provocar na *épistemé* todos os efeitos de profunda alteração que conhecemos, é porque foram levadas por uma modalidade específica e nova de poder:

uma certa política do corpo, uma certa maneira de tornar dócil e útil a acumulação dos homens. Esta exigia a implicação de correlações definidas de saber nas relações de poder: reclamava uma técnica para entrecruzar a sujeição e a objetivação: incluía novos procedimentos de individualização. A rede carcerária constitui uma das armaduras desse poder-saber que tornou historicamente possível as ciências humanas. O homem conhecível (alma, individualidade, consciência, comportamento, aqui pouco importa) é o efeito-objeto desse investimento analítico, dessa dominação-observação (Foucault, 2002, p. 252).

Dessa maneira, a microfísica do poder descrita por Foucault diz respeito, também, às relações poder-saber. Para ele, em *Vigiar e punir*, não deveríamos pensar em um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação aos sistemas de poder, considerando que o sujeito que conhece e os objetos a conhecer são efeitos dessas implicações do poder-saber e de suas transformações históricas. Foucault (2002a, p. 27) defende: "Não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento". Além disso, no livro, Foucault não trata de uma dominação somente ideológica, mas material, no sentido de que a própria alma (pretenso objeto de punição das prisões, consideradas como pena mais humanitária) não deve ser encarada como uma ideologia (Foucault, 2005b; Foucault, 2014). Por isso, Foucault é um crítico severo da figura ocidental do humano, já que o homem (categoria conceitual) é um efeito de sujeição de poderes e saberes, pois foi a partir da alma que conceitos como subjetividade, personalidade, consciência foram construídos, valorizando as reivindicações do humanismo.

Essa forma guerreira e exigente de *Vigiar e punir*, que produziu uma analítica genealógica inaugurada pelo livro, ainda, certamente está relacionada ao contexto de luta do qual o livro resulta. E isso se deu não por uma relação entre a biografia do autor e a feitura da obra, mas se mostra como resultado da própria luta na qual o livro se insere. O próprio Foucault aponta essa relação em curso imediatamente posterior ao lançamento de *Vigiar e punir*, na primeira aula de *Em defesa da Sociedade*, em 7 de janeiro de 1976, ele faz menção direta às lutas que circundam suas pesquisas e suas aulas. Abrindo a aula, diz que:

(...) parece-me que esse trabalho foi feito, e que passou de uma maneira um pouquinho empírica e instável de vocês para mim e de mim pra vocês, poderíamos justificá-lo dizendo que ele convinha bastante bem para um certo período, muito limitado, que aquele que acabamos de viver, os dez ou quinze, no máximo vinte últimos anos, quero dizer, um período no qual se podem notar dois fenômenos que foram, se não realmente importantes, pelo menos, parece-me, bastante interessantes. De um lado, um período caracterizado por aquilo que poderíamos

chamar de eficácia das ofensivas dispersas e descontínuas (Foucault, 2002b, p. 08).

Após descrever essa primeira característica, como “uma imensa e prolífera criticidade das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos” (Foucault, 2002b, p. 10), a segunda característica, dirá Foucault, estabelece a função tática e guerreira da análise genealógica do poder:

Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (...) É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate. (...) A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma insurreição dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. (Foucault, 2002b, pp. 14-15).

Nesse sentido, também seria possível dizer que o livro começa a ser escrito, mesmo que seu autor não soubesse disso na época, em muitos momentos, como os cursos *Teorias e instituições penais* (Foucault, 2020a), entre 1971 e 1972 e *A sociedade punitiva* (Foucault, 2020b), em 1973, que havia ministrado na França e as conferências *A verdade e as formas jurídicas* (Foucault, 2008a) proferidas no Brasil em 1973, mas, em especial, em 8 de fevereiro de 1971. Neste dia, na capela de Saint-Bernard, na gare Montparnasse, Michel Foucault anuncia a criação do GIP (Grupo de Informações sobre as Prisões), associação formada por Foucault, o historiador Pierre Vidal-Naquet e o escritor Jean-Marie Domenach, que reunia outra série de intelectuais e trabalhadores do sistema de justiça criminal franceses em torno da prisão como um problema e que tinha como objetivo abrir a caixa-preta que escondia o que se passava no interior das prisões.

O método era simples e direto: criar enquetes, que seriam distribuídas aos familiares dos presos nas filas de visitas para que estes dissessem o que era a prisão, o que se passava nela, como era viver dentro dela, o que significava passar por ela em um dado momento da vida. Uma forma de ação direta. Não nos surpreende, portanto, encontrar em *Vigiar e punir* a seguinte frase: “Que as punições em geral e a prisão se originem de uma tecnologia política do corpo, talvez me tenha sido ensinado mais pelo presente do que pela história. Nos últimos anos, houve revoltas em prisões em muitos lugares do mundo” (Foucault, 2002a, p. 29). É a história desta prisão que Foucault escreve no livro, o que ele intitula de uma “história do presente”. A experiência com o GIP,

no entanto, nunca foi tratada por Foucault como um laboratório de estudo de campo ou como uma prática militante que forneceria material de análise para a pesquisa de uma realidade, que seria posteriormente sintetizada em um estudo acadêmico-filosófico. A proposta do GIP não era que esses intelectuais, advogados, magistrados e trabalhadores do campo da saúde mental falassem pelos presos, mas que servissem de correia de transmissão do discurso dos próprios presos sobre as prisões e o sistema de justiça criminal. Para além disso, evidenciar que toda prisão é política, que todo preso é um preso político, e que a prisão não é um problema só de quem está preso ou das pessoas que por azar foram sequestradas pelo sistema de justiça criminal, mas diz respeito a toda as sociedades ocidentais modernas e suas formas de relações de poder para além da prisão como dispositivo terminal desse poder disciplinar. Em um discurso de 1971, Foucault deixa isso evidente, sem margens para ambiguidades e/ou reformismo humanista:

(...) nenhum de nós está livre da prisão. Hoje menos que nunca. (...) A vigilância policial se intensifica sobre nossa vida a cada dia. (...) Dizem-nos que a justiça está sobrecarregada. Isso já sabemos. Mas se foi a polícia que a sobrecarregou? Dizem-nos que as prisões estão superpovoadas. Mas se foi a população que foi superencarcerada? Publicam-se poucas informações sobre as prisões; são regiões escondidas de nosso sistema social, uma das zonas de sombra de nossa vida. Temos o direito de saber. Queremos saber. Por isso, formamos com magistrados, advogados, jornalistas, médicos, psicólogos, um *Groupe d'Information sur les Prisons*" (Foucault *apud* Eribon, 1990: 208-209).

De fato, é um tanto inevitável a relação entre essa iniciativa, que marca a biografia de Foucault, e a escrita de *Vigiar e punir*. A essa altura, ele está muito envolvido em diversas atividades de intervenção social e de experimentações intelectuais que marcam sua vida e seus escritos. Isso vai desde a defesa de imigrantes e prisioneiros em toda a Europa a projetos ousados (e, por vezes, abandonados) como a criação do departamento de Filosofia em Vincennes, passando por projetos editoriais e de pesquisa como a preparação de um volume sobre *a vida dos homens infames* ou os estudos sobre vidas relâmpagos, vidas poéticas ou vidas paralelas e a apresentação, em 1978, do diário de Herculine Barbin (Alexine B.) no século XIX, e intitulado *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita* (Foucault, 1983). Como anota seu biógrafo, é a fase de um Foucault militante, um intelectual engajado e professor no Collège de France (sua aula inaugural é pronunciada em 2 de dezembro de 1970), a mais prestigiosa instituição acadêmica da França. Ele também enfrentará, com isso, detenções policiais e ataques de todo tipo (inclusive de colegas); assim como irá frequentar manifestações e polemizar de forma aguerrida com a esquerda francesa e europeia, em especial a esquerda radical maoista, sobre a memória operária e o tribunal popular (Foucault, 2005c), bem como com Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir (Eribon, 1996). Certamente é nesta época

que emerge seu interesse pela anarquia e pelos anarquistas, que aparecem no final de *Vigiar e punir* aliados ao destaque que já mencionamos sobre *La Phalange* e as ilegalidades populares, e reaparecem muito pontualmente em seus ditos e escritos posteriores.<sup>3</sup> Ainda, em 1980, no curso *Do governo dos vivos*, quando Foucault descreve o método que ele adota em relação ao poder e à verdade, ele o nomeia como “anarqueologia”, mesmo que explice todas as diferenças em relação ao “que se chama grosseiramente de anarquia, ou anarquismo” (Foucault, 2014, p. 72). De todo modo, a atitude crítica que ele toma em relação ao sujeito de conhecimento nos parece se conectar aos trechos já mencionados aqui sobre não encarar o poder pelo modelo do contrato social, mas pelas disciplinas, pelas relações de força, pela guerra e pela batalha, explicitar as relações intrínsecas entre poder-saber e privilegiar a crítica da tese da prisão entendida pela humanização das penas, em *Vigiar e punir*.

É uma atitude que consiste, primeiramente, em se dizer que nenhum poder é um dado de fato, que nenhum poder, qualquer que seja, é inconteste ou inevitável, que nenhum poder, por conseguinte, merece ser aceito logo de saída. E, a partir dessa posição, o procedimento consiste em se perguntar o que se desfaz do sujeito e das relações de conhecimento, dado que nenhum poder é fundado nem em direito nem em necessidade, pois que todo poder nunca repousa em outra coisa que não a contingência e a fragilidade de uma história, que o contrato social é um blefe e a sociedade civil uma história para criancinhas, que não há nenhum direito universal, imediato e evidente que possa em toda parte e sempre sustentar uma relação de poder, qualquer que seja (Foucault, 2014, p. 72).

No entanto, insistimos que não se trata de mobilizar dados biográficos para explicar e/ou justificar o que se lê em *Vigiar e punir*. Se mobilizamos aqui esses episódios biográficos e contextuais que precederam e giraram em torno da escrita do livro (há toda uma discussão possível a partir dos cursos de 1972 em diante) é para lembrar que uma pesquisa, um escrito e um livro são as resultantes de um campo de luta, da mobilização de forças que não se encerram no sujeito, mas, como mostrou o próprio Foucault, derivam de um campo agonístico entre poder e resistências. E, nesse sentido, essa intensidade das batalhas travadas forjou o que Eribon classificou como o mais belo livro de Michel Foucault (Eribon, 1990, p. 218). Se mais adiante ele mesmo dirá que “não há outro ponto, primeiro e último de resistência ao poder político, se não na relação de si

<sup>3</sup> É neste sentido que seus ditos e escritos, em especial os cursos, interessam como forma de acompanhar o que ele mobiliza em seus livros. O curso *A Sociedade Punitiva* (Foucault, 2020b), de 1972-1973, é um bom exemplo para observar as repercuções da militância em seu pensamento. Nele é possível acompanhar, em ato, a feitura do que depois aparece em *Vigiar e punir*, assim como sua evidente separação das concepções marxistas de poder e sociedade e seu interesse pela memória operária, uma história efetiva. O curso também dá mostras de seu interesse pelas formulações dos anarquistas.

para consigo" (Foucault, 2006a, p. 306), não era de uma interioridade ou de uma identidade que estava falando, mas da disposição para luta, de lançar-se ao embate que produz não uma compreensão e uma confirmação do que somos, mas a luta *contra o que somos* (Passetti; Augusto, 2008). De qualquer forma, parece-nos que a ética intelectual de Foucault não pode ser apartada de uma ética militante, principalmente pela relação que ele estabelecia consigo, com os outros e com o mundo. Inspiramo-nos, nesta direção, nas pesquisas que ele próprio realizou nos anos de 1980, quando o retorno à cultura antiga e os espaços de experimentação ética no presente permitiram a ele compreender a filosofia como modo de vida e a vida como o escândalo da verdade (Vieira, 2015).

Muito se passou nesses cinquenta anos da publicação de *Vigiar e punir*: a prisão não é mais uma caixa-preta ou uma zona sombria da sociedade, ao contrário, ela se tornou objeto de uma série de investimento políticos, sociais e culturais que vão desde ONGs, Institutos, projetos universitários de direitos humanos e programas governamentais ao catálogo de filmes, séries e documentários de qualquer serviço de *streaming* que atestam um verdadeiro fascínio pela polícia, a prisão e o tribunal e compõem uma imensa cultura policial mimetizada em outras esferas da vida social. Hoje, as tecnologias disciplinares se metamorfosearam em tecnologias de controle e monitoramento (Augusto, 2013), a biopolítica se transformou em ecopolítica, os controles policiais se expandiram e se diversificaram.<sup>4</sup> No entanto, todas essas análises só se tornaram possíveis pelo que é mobilizado nesse livro instaurador que é *Vigiar e punir*.

O próprio Foucault repetiu inúmeras vezes que nunca pretendeu fundar uma teoria do poder, mas que suas pesquisas mobilizavam uma analítica genealógica que pressupõe descrição exaustiva, inscrição intempestiva na história e uma atitude guerreira diante das tecnologias de governo das condutas. E este deve ser o ponto de partida de qualquer pesquisa que mobilize seus escritos, não por uma questão de fidelidade e/ou filiação teórico-metodológica, mas porque a beleza e a força de *Vigiar e Punir* residem nessa atitude que o produziu: *eficaz como uma bomba e bonito como fogos de artifício*. Se após 50 anos ele segue um livro atual e hoje é tratado como um clássico, isso se deve às inovações conceituais e metodológicas, mas, sobretudo, pela recomendação de uma atitude de pesquisador, sintetizada na última frase do livro e que perspassa a reflexão de todo esse ensaio: "temos que ouvir o ronco surdo da batalha" (Foucault, 2002a: 254).

É no mínimo incômodo se deparar com um Foucault ranqueado pelo Google Scholar. Esse tipo de dado leva os que se interessam por essa força estranha mobilizada em seus escritos a uma desconfiança: seria o ranqueamento algorítmico uma domes-

<sup>4</sup> Há um volume muito grande de pesquisa e escritos que se dedicam a essas transformações desde o conhecido opúsculo de Gilles Deleuze (2000) sobre as sociedades de controle, indico aqui o que pensamos ser o mais inventivo deles: *Ecopolítica* (Passetti et ali, 2019).

ticação? Trata-se de uma tentativa de neutralização ou desarme do livro-bomba? Para além desse incômodo, um outro também se forma ao observarmos certos usos de seus ditos e escritos hoje. No final dos anos que orbitaram a escrita de *Vigiar e Punir*, passado, em 1976, a publicação do volume 1 da *História da Sexualidade – A Vontade de Saber* (Foucault, 2007), Foucault desenvolve nos cursos indicações importantes sobre as tecnologias de governo contemporâneas. No curso de 1978-1979, intitulado *Nascimento da Biopolítica* (Foucault, 2008b), ele realiza uma genealogia do neoliberalismo durante as aulas, propondo noções analíticas como *racionalidade neoliberal* (uma racionalidade específica) e *governamentalidade neoliberal* (com evidentes indicações das transformações sofridas pela articulação entre disciplina e biopolítica) que hoje são fartamente mobilizadas em pesquisas e escritos que acabam por aproximar Foucault a filiações teóricas recusadas pelo próprio filósofo-militante dos anos 1970 ou contra as quais ele travava embates calorosos, como o liberalismo político e o marxismo. Não se trata de cobrar ou de reivindicar filiações ideológicas ou coerências teórico-metodológicas, mas de registrar transformações notáveis de seus usos que também podem funcionar como técnicas de desarme de bombas.

De qualquer forma, ao se deparar com estudos e pesquisas que, cinquenta anos depois, derivam de *Vigiar e punir*, nos quais não se ouve o ronco surdo da batalha e não se coloca explicitamente, tal qual estava, em 1971, na contracapa da revista *Champ Libre* que “são intoleráveis: os tribunais, as prisões, os tiras, os hospitais, os asilos, a escola, o serviço militar, a imprensa, a televisão, o Estado.” (Eribon, 1990: 208), é inevitável lembrar do verso de René Char: “devolvam sua estranheza legítima”!

Ao mesmo tempo, livros como *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers* (Hartman, 2022a) e artigos como “Vênus em dois atos”, de Saidiya Hartman (2022b), intelectual do pensamento negro radical, ao recriarem a imaginação radical e as práticas rebeldes de jovens negras, dentre outras inúmeras referências, inspiram-se nas reflexões de Foucault sobre a presença relâmpago e poética de vidas singulares nos arquivos, fazendo-nos lembrar da aparição brilhante de Béasse nas páginas de *Vigiar e punir*, assim como dos fogos de artifício e das vidas paralelas descritas por Foucault:

Os antigos gostavam de colocar em paralelo as vidas dos homens ilustres; ouviam-se falar através dos séculos essas sombras exemplares. As paralelas, eu sei, são feitas para se juntarem no infinito. Imaginemos outras que, indefinidamente, divergem. Sem ponto de encontro, nem lugar para recolhê-las. Frequentemente, não tiveram outro eco senão o da sua condenação. Seria preciso apreendê-las na força do movimento que as separa; seria preciso reencontrar a esteira instantânea e brilhante que elas deixaram quando se precipitaram para uma obscuridade em que “isso não se conta mais” e em que

toda “fama” está perdida. Seria como o inverso de Plutarco: vidas a tal ponto paralelas, que ninguém mais pôde alcançá-las (Foucault, 2014, p. 78).

Do interesse militante na situação das prisões às elaborações de uma analítica genealógica de combate ao poder, os efeitos de *Vigiar e punir* são evidentes e incontornáveis. Se é possível localizar e identificar capturas algorítmicas e domesticações acadêmicas, por um lado; por outro, a força de seus escritos anima, ainda hoje, lutas de feministas insubmissas, pensamento negro radical, embates abolicionistas penais, lutas libertárias e efeitos da anarquia contemporânea como antipolítica. Como saberes insurgentes, não precisam convergir, pois, como ressalta o método genealógico, se inscrevem na luta buscando a eficácia das ofensivas dispersas e descontínuas. Sem a pretensão da neutralidade, é ao lado dessas lutas que as pessoas que escreveram esse ensaio se posicionam no campo de batalha.

## Referências

- AUGUSTO, A. *Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2013.
- BURKE, P. *A escrita da história*. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault 1926-1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ERIBON, D. *Michel Foucault e seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 219-226.
- RODRIGUES, H. de B. C. *Ensaios sobre Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos, ressonâncias*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2016.
- LÉONARD, J. L'historien et le philosophe: à propos de: Surveiller et punir; Naissance de la prison. In: PERROT, M. *L'impossible prison*. Paris: Seuil, 1980.
- RAGO, M. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz & Terra, 1985.
- RAGO, M. *Marcas da pantera, 25 anos depois*. São Paulo: Intermeios, 2020.
- FOUCAULT, M. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2002a.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005a.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: *Microfísica do poder*. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

FOUCAULT, M. Sobre a justiça popular. In: *Microfísica do poder*. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005c.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: *Ditos e escritos IV — Estratégias, poder-saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006a.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito. Curso dado no Collège de France (1981-1982)*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 16. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. 3. ed. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU, 2008a.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos IX - Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos. Curso no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. *Teorias e instituições penais: Curso do Collège de France (1971-1972)*. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2020a.

FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva. Curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2020b.

HARTMAN, S. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers*. São Paulo: Editora Fósforo, 2022a.

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. In: *A sedução + o ventre do mundo: dois ensaios de Saïdia Hartman*. São Paulo: crocodilo edições, 2022b.

PASSETTI, E. et ali. *Ecopolítica*. São Paulo: Hedra, 2019.

PASSETTI, E. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

PASSETTI, E.; AUGUSTO, A. FOUCAULT. In: *revista verve*. São Paulo: nu-sol, vol. 14, 2008, pp. 60-86. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5122/3649>. Acesso em: 18 março 2025.

VIEIRA, P. P. *Michel Foucault e a História Genealógica em Vigiar e Punir*. São Paulo/Campinas: IFCH/UNICAMP, 2006.

VIEIRA, P. P. *Pensar diferentemente a história: o olhar genealógico de Michel Foucault em Vigiar e Punir*. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) — Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

VIEIRA, P. P. *A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2015.

## NOTAS

### AUTORIA

#### Acácio Augusto

Doutor em Ciências Sociais

Universidade Federal de São Paulo/Departamento de Relações Internacionais

[acacio.augusto@unifesp.br](mailto:acacio.augusto@unifesp.br)

<https://orcid.org/0000-0003-4828-157X>

#### Priscila Piazzentini Vieira

Doutora em História Cultural

Universidade Federal do Paraná/Departamento de História

[priscilav@gmail.com](mailto:priscilav@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-5884-8886>

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. Augusto, P. P. Vieira

Coleta de dados: A. Augusto, P. P. Vieira

Análise de dados: A. Augusto, P. P. Vieira

Discussão dos resultados: A. Augusto, P. P. Vieira

Revisão e aprovação: A. Augusto, P. P. Vieira

### CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

#### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

#### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

#### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

#### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.